



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 02**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em

16 de Abril de 2011



Assembleia Municipal

## ACTA N.º2

----- Ao décimo sexto dia do mês de Abril do ano de dois mil e onze, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal de Arganil, em Arganil, reuniu pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor José Eugénio Dias Ferreira secretariado pelos Senhores Deputados Luís Filipe Soares Quaresma e Mário Pereira Gonçalves na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente.-----

-----Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos: --

### SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS

----- Luis Filipe Soares Quaresma, Mário Pereira Gonçalves, João Pedro Travassos Carvalho Pimentel, Luis da Silva Moreira Gomes, Eugénio Tavares Fróis, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, João António Alvoeiro Duarte, António Serra Correia, Isabel Maria de Jesus Carvalho, Luis Miguel das Neves Campos Almeida, Carla Maria Travassos Rodrigues, Sandra Margarida Pedroso Dias, Rui Martins Portugal, Maria Armanda de Paiva Ventura Gomes Miranda, Érica Geraldês Castanheira e Mário Cardoso Simões do Vale. -----

### SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO

Paulo Jorge Marques Amaral, João António Travassos Nunes, Carlos Alberto Pereira dos Ramos, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Maria do Rosário Gomes Oliveira, António Quaresma Pereira tesoureiro da Junta de Freguesia de Cepos, em substituição de Etelvina Nunes dos Santos, Adelino Antunes de Almeida, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Arménio Lopes da Costa, José da Conceição Lopes, Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes, Rui Miguel Santos Almeida Franco, António Souto Carvalho, José António Gomes Costa e Cidalina Maria Ramos Lourenço Antunes. -----

----- Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores: Avelino de Jesus Silva Pedroso, Luís Paulo Costa, António Gonçalves Cardoso, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Ventura. -----

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**1- Leitura do expediente.** -----

----- O 1º Secretário da Assembleia, deu conhecimento que teria chegado um ofício da Associação Nacional de Municípios, a solicitar a eleição de um representante, no entanto, informou que, obviamente tratar-se-ia de um lapso por já ter sido eleito o representante em fase anterior. Será comunicada à Associação Nacional de



Assembleia Municipal

Municípios que já foi eleito o representante. Não havendo nada mais de relevante a acrescentar a este ponto, passou-se ao ponto seguinte. -----

**2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº1 realizada no dia 26 de Fevereiro de 2011.**-----

-----**Interveio o Sr. Deputado Mário Vale**, dizendo que na página 4, onde se diz que, "*foi uma delegação desta Assembleia a Coimbra apresentar o protesto onde foram recebidos à porta, pelo Sr. Secretário de Estado da Economia*", não foi assim, fomos recebidos à porta pela Direcção Regional de Hidráulica, depois eu e o Senhor Presidente da Câmara da altura, o Senhor Eng.º Rui Silva, tivemos uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Economia, em Lisboa no Ministério da Economia, era isto que gostaria de ver rectificado, pois o Senhor Secretário de Estado, não estava em Coimbra. -----

----- De seguida, a acta foi colocada à votação, sendo aprovada por maioria, com duas abstenções. -----

----- **3 - Assuntos de Interesse para o Município.**-----

----- Tomou da Palavra o **Senhor Deputado João Pimentel**, que após cumprimentar os presentes, começou por dizer que, contrariamente ao expectável à uns meses atrás esta reunião de Assembleia Municipal decorre num clima pré-eleitoral provocado pela demissão do governo na sequência da não aprovação, por parte de toda a oposição na Assembleia da República, da proposta do Plano de Estabilidade e Crescimento, PEC IV, que tinha já merecido o apoio da Comissão Europeia, liderada pelo Dr. Durão Barroso, e do Banco Central Europeu, o preço a pagar por Portugal, pela precipitação desta crise e neste momento será demasiado elevado e para tal basta estarmos atentos aos comportamentos dos mercados, antes e após o dia 23 de Março. O Governo Socialista, o mesmo que foi capaz de reduzir o défice das contas públicas de 6,8% em 2005, para menos de 3% em 2008, ganhando a confiança dos parceiros europeus, e criando condições para minimizar os efeitos da crise do sub-prime, surgida nos Estados Unidos, tudo fez, para evitar que Portugal sucumbisse aos ataques despropositados e excessivos desferidos por agências de rating que estão ao serviço dos mercados especulativos e que pretendem atingir a Europa, a sua moeda única, o Euro. Neste momento, e nesta Assembleia, não podemos contribuir para que seja esquecido tudo quanto o governo concretizou nos últimos seis anos, para reduzir as assimetrias existentes e promover o aumento da coesão territorial do país, com natural destaque para as intervenções que beneficiaram de forma decisiva o concelho de Arganil e a nossa região da Beira Serra. Assim, apoiando o poder autárquico, as instituições locais, desse apoio destaque; a conclusão do troço do IC6 entre a Catraia dos Poços e o Poço do Gato; a beneficiação da Estrada Nacional 342 entre a Lousã, Góis e Arganil; a adjudicação da concessão do Pinhal Interior Norte, onde está inserido o novo traçado da Estrada Nacional 342, entre Lousã, Góis, Arganil, Coja, IC6; a disponibilização do apoio à recuperação do Piódão e respectivos acessos, após o temporal de 2006; a criação do serviço de urgência básica em Arganil; a instalação no Hospital Dr. Fernando Valle, de uma unidade da rede de cuidados continuados; a próxima remodelação do Hospital Condessa das Canas, para alargamento dessa mesma rede de cuidados continuados no nosso concelho; os investimentos na área social, no âmbito do Programa PARES e MASES, o Programa PROGRIDE, Programa para a Inclusão e Desenvolvimento, que decorreu desde 2005



Assembleia Municipal

com investimento na área social de cerca de 1,2 milhões de euros; o lançamento do Contrato Local de Desenvolvimento Social, que terá uma dotação orçamental de 525.000,00€, para os próximos três anos; a definição da educação e qualificação como prioridades do QREN, que permitem o apoio à construção dos Centros Escolares de São Martinho da Cortiça, Coja e a remodelação da EB1 de Arganil, com ajudas comunitárias e nacionais em 80%; a aposta na produção de energias renováveis, como forma de reduzir a dependência energética do país, que veio possibilitar a instalação de parques eólicos no nosso concelho, através dos quais têm sido canalizados importantes recursos financeiros para o Município e para outras entidades locais, minimizando os efeitos da redução das transferências da administração central. Finalmente, o aumento dos incentivos fiscais à interioridade, nomeadamente na redução da base da taxa do IRC para as empresas instaladas nestas regiões, fomentando a competitividade do tecido económico local. Estes, são apenas alguns dos exemplos, de que os Arganilenses têm beneficiado com a acção deste governo nos últimos seis anos, que foi solidário para o nosso concelho, que também ele muito tem dado ao país. -----

-----Tomou a palavra a **Senhora Deputada Isabel Carvalho, que** após cumprimentar todos os presentes, referiu que iria focar dois assuntos, que apesar de repetidos e localizados no Sarzedo, penso terem repercussões no concelho e mesmo na região. O primeiro, o Restaurante o Parque, após um interregno, que aqui abordei várias vezes, houve finalmente uma modificação radical e foi reaberto com características de elevado nível, podendo mesmo ser considerado um restaurante de elite. A reabertura foi feita com festa de pompa e circunstância. Infelizmente, por erro de cálculo, por erro de perspectiva, ou apenas por azar no negócio, o projecto não resultou e voltou a encerrar e, agora, qual vai ser o seu futuro? Será que um restaurante mais de acordo com a localização e as características da região, que promova ementas tradicionais, demonstrativas dos hábitos regionais, teriam melhor resultado? Contribuindo para o desenvolvimento turístico tão desejado, por todos nós, eram características desse tipo que tinha anteriormente e que o levou a atingir a fama que todos nós conhecemos.-----

----- O segundo assunto, a zona Industrial da Relvinha, mais precisamente a fábrica Pinewells, já todos devem ter verificado, na área que circunda a fábrica, os pinheiros estão a secar a um ritmo assustador, sei que naquela zona já havia muitos pinheiros secos, em todo o pinhal, no entanto, a concentração de pinheiros secos ali é muito maior e, por este andar, rapidamente a floresta vai desaparecer, é isso que se pretende? Já foram tomadas medidas para averiguar o motivo de tal facto, e proceder à sua correcção? Eu, apesar de ignorante na matéria, coloco duas hipóteses, ou o excesso de humidade na atmosfera devido à constante libertação de vapor, ou então, a propagação de doenças trazidas pelas madeiras aí armazenadas, por isso, haver uma propagação a uma maior velocidade do mal que já lá havia. São dois problemas que muito me preocupam, que gostaria de ver esclarecidos e resolvidos a curto prazo, a bem do Sarzedo, a bem do concelho de Arganil, a bem da região. O desenvolvimento é defendido e é pretendido por todos nós, mas sem malefícios que bloqueiem ou destruam aquilo que temos de bom. - -----

----- O **Senhor Deputado Luís Gomes** após cumprimentar os presentes informou que traria quatro pontos à Assembleia. Em primeiro lugar, congratular-me pelo facto de mais uma vez, a Câmara Municipal, ter sido eleita



Assembleia Municipal

para um segundo mandato da Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas, creio, que é uma honra para todos nós, e o facto de mais uma vez a Câmara Municipal a presidir, Associação esta que tem uma importância no contexto nacional, a nível da preservação do património histórico, sendo de felicitar o Executivo por, mais uma vez, estar à frente de um mandato da Associação. -----

----- Um outro ponto, reporta aquilo que ficou decidido na última reunião de Assembleia que, em conjunto, as bancadas aqui representadas, apresentássemos uma moção relativamente à nossa discordância quanto à construção da Mini Hídrica no Rio Alva. No entanto, devido à actual situação política onde o governo é demissionário e onde não estão representados os deputados, que deixaram de exercer funções, pensa esta bancada que se deveria deixar este assunto para quando existir um novo governo e, então sim, fazemos chegar à nova Ministra do Ambiente, se é que vai existir o Ministério do Ambiente, à pessoa responsável por esse sector e aos deputados eleitos, na próxima Assembleia da República, que encarregarão de dirimir essa questão com a Ministra ou o responsável dessa área, isto porque, não faria sentido, agora, estando o governo demissionário, os próprios deputados não poderiam em comissão própria discutir esta problemática. É nosso entendimento, deixar este assunto para uma próxima reunião, depois da constituição de um novo governo. -----

----- Outra questão, prende-se com a crise e a situação económica difícil que atravessamos, que, necessariamente, vamos continuar a atravessar ainda durante algum tempo, é obvio que dessa crise financeira e económica vão resultar, infelizmente para todos nós, graves problemas sociais, e esses problemas sociais vão necessariamente também colher-nos a nós aqui no nosso território. Gostaria de perguntar ao Executivo, se está preparado para a situação futura que se adivinha má? Isto não é ser profeta da desgraça, mas, adivinham-se que vão começar a existir problemas sociais graves, e a Câmara Municipal, precisa de estar preparada para uma intervenção, e essa intervenção tem de ser feita com todos os recursos humanos disponíveis, eventualmente estar preparado também de dotações orçamentais para poder acorrer a situações graves que se venham a verificar, e falo, nomeadamente, das escolas, onde poderá haver necessidade de abrir cantinas durante o período do verão ou em períodos extraordinários, porque, quer queiramos quer não, os problemas vão surgir, por isso temos de estar atentos, também aqui na Assembleia devemos estar de mãos dadas para num problema grave que venha a existir, no nosso concelho e encontrarmos as melhores soluções. Temos que estar solidários uns com os outros, pondo de lado questões partidárias, porque o momento será grave e teremos que dar mostras de que estamos aqui, não para defender meros interesses políticos, mas para dar as mãos para a resolução dos problemas que nos possam afectar. Por isso, gostaria de ouvir do Executivo se realmente dispõe dos recursos humanos disponíveis e esses recursos, necessariamente, hão-de estender-se em parcerias mais alargadas com instituições sociais, caso concreto das IPSS's, e particularmente também aos Senhores Presidentes de Junta, que devem sinalizar o surgimento desses problemas na área do seu território, para que, possamos encontrar as soluções no momento adequado. -----

----- Finalmente, ouvi com atenção a intervenção do Deputado João Pedro Pimentel, a princípio deu-me a impressão, quando começou a fazer a sua intervenção, que estava a ouvir uma cassete do PCP, mas não, era a cassete do Partido Socialista, que agora vemos todos os dias na televisão, era só para lhe dizer que,



## Assembleia Municipal

efectivamente, nós vivemos neste país, este país que se chama Portugal, onde há muita gente que durante estes seis anos esteve a viver noutra país, e, por isso, chegámos ao estado em que estamos, com um país degradado, um país de mão estendida, sendo esse o fruto do trabalho desenvolvido durante seis anos pelo Partido Socialista no Governo. Não quero deixar de realçar contudo, e não estamos aqui para extremar posições, que houve uma intervenção valiosa na nossa região, mal seria que ela também não se fizesse, porque seria discriminatório pelo facto de este concelho não ser um concelho Socialista, este é um concelho Social Democrata, mal seria que um governo Socialista não fizesse as suas intervenções no nosso concelho, o mérito é de quem fez, mas, creio que todos temos de estar satisfeitos e não erguer apenas a bandeira do Partido Socialista para dizer que fizemos, temos é que nos congratular com o que está feito, mas também não podemos esquecer que muita coisa há por fazer e para fazer e que muita promessa ficou por cumprir. -----

----- O **Senhor Deputado Luís Almeida** após cumprimentar os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que, como membro da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, que recentemente reuniu em Assembleia, precisamente no Salão Nobre do Município, no passado dia 08, dar conhecimento, até porque, para além da importância de Arganil receber essa importante reunião, dar também conhecimento do orgulho que nós Arganilenses, e permitam-me que o faça, quase arriscando dizê-lo em nome de todos, dos cinco membros que o compõem, porque, de facto, para além dos trabalhos terem corrido muito bem, com unanimidade nos pontos, tenho que realçar o que se seguiu, que foi o convívio entre os elementos dos catorze concelhos que envolvem a CIMPIN, através do banquete com que foram presenteados. Tínhamos estado anteriormente em Ansião e como hospitaleiros que somos, quisemos elevar um ponto a fasquia, acho que conseguimos. Realmente os concelhos que se seguem terão aí uma tarefa bem difícil, porque, não só os presenteámos com um banquete que foi uma autêntica mostra gastronómica, eu próprio desconhecia alguns produtos do concelho, e fizemos a totalidade de um banquete a 100% com produtos do concelho, havendo aqui, um ponto muito importante que tenho que destacar, e que foi a colaboração e o envolvimento de praticamente a totalidade das Juntas de Freguesia, pois sem elas não seria possível. Acho que enquanto Arganilenses nos sentimos bastante orgulhosos e satisfeitos pelos imensos elogios que fomos recebendo dos nossos pares. Tudo tem um senão, obviamente, que faltou o auditório, nós ao invés de outros concelhos, não dispomos de um auditório com capacidade para receber, neste caso, as cerca de sessenta pessoas que nos visitaram, é pena, mas, realmente com o investimento que está a ser feito na Cerâmica, apraz-nos pensar que da próxima vez que recebermos a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte já o possamos fazer lá nesse espaço. Também destaco o Sub-Paço, dizendo, que sou um acérrimo adepto daquele espaço, que frequento semanalmente, e apraz-me ver que a adesão em massa de filhos, pais e avós, proporcionando assim o encontro dos Arganilenses, e se dúvidas houvessem, basta passar lá e ver as dezenas ou até as centenas de Arganilenses e não só, a utilizarem aquele espaço, foi um grande investimento, um investimento com retorno, destacando ainda, a colocação de balizas, que tem atraído mais e mais pessoas e que se tem revelado um sucesso extraordinário. Nesta fase só é pena, ainda não estar a cafetaria em funcionamento, mas o concurso já está na parte final, e portanto é algo que vai ainda valorizar mais o espaço, somando à também prevista limpeza da Ribeira de Folques, sendo que cada vez mais Arganil se pode orgulhar daquela que é



## Assembleia Municipal

a sua sala de visitas, e coloco aqui também uma questão que seria a cereja no topo do bolo, era ter um Parque Infantil no Sub-Paço, era sem dúvida uma mais-valia extraordinária e complementar a oferta. -----

----- Por último, e face à intervenção do Senhor Deputado João Pedro Pimentel, e aqui à falta de teleponto e de um discurso preparado como o Partido Socialista bem nos sabe presentear, não posso deixar de dar a minha opinião, e dizer, que eu como todos os portugueses, não podemos esquecer este governo, é impossível esquecer este governo, e é impossível esquecer frases míticas do nosso Primeiro-Ministro, como quase parafraseando, que ainda está para vir um Primeiro-Ministro que faça mais pelo défice que ele, é verdade, creio que será difícil vir um Primeiro-Ministro, a seguir ao Engenheiro José Sócrates, que consiga fazer mais pelo défice, mas pela negativa. Também fica na história a promessa dos 150.000 novos empregos, principalmente quando em seis anos, e os números não mentem, a taxa de desemprego duplicou, estas são as marcas do estado em que o Partido Socialista deixa o nosso país, a somar à crise social, a crise na justiça, a crise nas instituições, posso também recordar a negação sistemática do país estar em crise. Há pouco o colega Luís Gomes dizia, que este governo não vivia neste país, eu acho que a dada altura, em 2008, não vivia no mesmo planeta, porque, quando o sistema financeiro estava em colapso, não me consigo esquecer, tanto o Ministro das Finanças, como o Primeiro-Ministro negarem sistematicamente que o país estava em crise, aliás, em 2009 tivemos eleições e conseguiram aumentar ordenados, e fazer toda uma série de atrocidades que o PSD bem alertou, principalmente a candidata, a nossa Ex-Presidente da Assembleia Municipal, que muitos portugueses hoje recordam as suas intervenções, e darão razão àquela grande Senhora, porque no fundo bem alertou para aquilo que aí vinha. Dizer também, que a responsabilidade política tem o Governo do Partido Socialista, a somar ao deslante de justificar e procurar branquear seis anos de uma política desastrosa que atirou o país para a beira do abismo, com um discurso demagógico ao ponto de culpar a oposição pelo chumbo do PEC 4, o que em pouco mais de um ano seria o quarto, como se este fosse diferente dos anteriores e capaz de adiar o inevitável. Ouvem-se notícias que muito provavelmente, em Junho, o risco de não conseguirmos saldar as nossas dívidas com o exterior é muito grande, acho incrível, como é que se consegue ter um discurso dizendo que a oposição é a responsável, estamos em Abril. Acho isto inacreditável, é um deslante de tal forma que caminhamos para eleições e julgo que o povo português dará a resposta e ditará a sua justiça. -----

----- Tomou da palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** que após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo, que seria breve, naturalmente que também registei com agrado a forma conseguida como decorreu a reunião da CIMPIN, com grande naturalidade, com grande urbanidade e com o acolhimento que me pareceu bom, onde mostrámos, as nossas virtudes e a riqueza da nossa gastronomia, digo isto porque me parece justo. Também gostaria de referir, que estamos constantemente invadidos na nossa privacidade com estes temas e relativamente ao PS Nacional, ao nosso Secretário-Geral, tudo isso está tão repetido que me parece cansativo para todos nós, mais a mais depois de uma introdução, onde o meu colega de bancada, João Pedro Pimentel, fez o elencar da obra feita, e ela é muita. Sei naturalmente, que a essa bancada e aos seus representantes máximos, a figura do Secretário-Geral do Partido Socialista é uma figura que desagrada, e que vão ao ponto de gostarem de interferir e de negociar com quem efectivamente lhes agrada e não com o



## Assembleia Municipal

Secretário-Geral que nós temos, é conhecido, contudo é da vida, ainda somos nós que fazemos as nossas opções e que escolhemos os nossos representantes, no entanto, a obra está feita e está à vista de todos, contudo, o que me parece e que também deve ser dito neste momento, que ainda não ouvi, é o seguinte, nós vivemos numa época de grandes dificuldades, tão ou mais importante do que estar a assacar a responsabilidade a este ou àquele, os portugueses já nos elegeram a nós classe política, como responsáveis directos por esta situação, e o que importa neste momento, é darmos um sinal de que há possibilidades de em conjunto fazermos um esforço e dizermos aos Arganilenses, em particular, de que há possibilidades de fazermos alguma unidade, alguma concertação, e dar os passos no sentido das soluções, penso que esta é a mensagem que os portugueses querem ouvir, no país e que necessariamente também deixará contentes os Arganilenses, estou aqui, se o acharem necessário, para defender as cores, os projectos e as obras, e naturalmente que elas são muitas e nos deixam à vontade, mas penso também, que neste momento é fundamental darmos esse sinal, de que temos possibilidades de nos entendermos e daremos seguramente o exemplo para as pessoas voltarem a acreditar. A situação é demasiado grave para não termos este sentido de responsabilidade e num futuro próximo, que é o dia 25 de Abril, há esse sinal nacional que a intervenção dos nossos poentes, dos nossos ex-líderes da República Portuguesa que vão de uma forma conjunta passar essa mensagem, eu não podia hoje aqui também, à nossa escala, deixar de fazer esse apelo.

----- O **Senhor Deputado Luís Quaresma** iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e dizendo que queria dar um abraço ao Márcio, porque costumamos vê-lo na Assembleia mas, noutra lugar, já aqui estive como público, já estive como pessoa interessada e agora gosto de o ver também na bancada da Comunicação Social, é sinal que os tempos mudam e que os novos meios de comunicação e de chegar às pessoas também devem ser reconhecidos e dar-lhe o devido mérito, queria dar-lhe um abraço e desejar-lhe que se sinta bem nesse lugar e que faça um bom trabalho, porque também contribui para o desenvolvimento do concelho de Arganil. Quanto à questão da reunião da CIMPIN, que já foi abordada aqui pelos colegas, o que disseram estava à vista de toda a gente, apenas vou referir duas coisas que penso importante relativamente a isto, esta questão da pequena mostra gastronómica nasceu de uma ideia de três "Luises", eu próprio, o Luís Gomes e o Luís Almeida, que na viagem de carro de Ansião para cá, entendemos, que se em Ansião, dois ou três produtos locais conseguiram fazer qualquer coisa, nós em Arganil, com as riquezas gastronómicas que temos conseguimos fazer um brilharete, e lançámos o desafio à Câmara Municipal, que por sua vez, o passou para as Juntas de Freguesia. Foi feita uma mostra gastronómica muito interessante daquilo que são as nossas riquezas, do que são os nossos produtos endógenos, nem todos estiveram presentes, e é pena, porque realmente correu muito bem, as pessoas foram encantadas com a diversidade e com a qualidade dos nossos produtos, isto só por si já seria algo muito bom e muito positivo porque é a imagem do concelho de Arganil que está em causa. Contudo, eu gosto de ser um bocadinho mais ambicioso, e gostaria que este empenho que todos tivemos, nomeadamente, o Executivo, as Juntas de Freguesia, que se empenharam praticamente todas neste projecto, que este trabalho tivesse alguma continuidade, porque, realmente, nós conseguimos juntar uma variedade enorme de produtos locais, todos de excelente qualidade, seria importante não perder essa embalagem, e aproveitar essas ideias e essas vontades,





Assembleia Municipal

nomeadamente, transpondo esse projecto para a Feira das Freguesias, era muito mais interessante que as mostras gastronómicas das freguesias, na Feira das Freguesias, fossem através destes produtos tipicamente locais e endógenos, do que muitos produtos que são vendidos que nada têm a ver com o concelho, nada tem a ver com as nossas raízes, embora agradáveis para muita gente, em nada trazem de mais-valia ao nosso concelho nem como mostra. Penso que seria uma ideia a ser estudada e analisada, como também, e uma vez que temos um cardápio variado e rico que no concurso a ser feito para o Parque de Campismo do Sarzedo, pudesse de alguma forma ser negociado com quem vai explorar o espaço que uma grande percentagem dos pratos tivessem como base aquilo que nos foi apresentado aqui. Isto obviamente, depois poderá também ser desenvolvido pelo Plano de Desenvolvimento Turístico, aquilo que aconteceu aqui na reunião da CIMPIN, poderá ser muito mais do que aquilo que foi, podia ser algo que nasceu e que podia ter continuidade, e de alguma forma vir a criar postos de trabalho no futuro e criar riqueza para o concelho, porque aí sim é que seria um projecto consequente e aliciante para todos nós. -----

----- Em relação à intervenção do Senhor Deputado João Pedro Pimentel, e Senhor Deputado Eugénio Fróis, não há muito a dizer, porque nós já estamos um bocadinho intoxicados com a comunicação social, de ouvir várias pessoas ilustres do país a falar sobre isto, mas as palavras do colega Fróis, registei-as e penso que é por aí que nós vamos, pela concertação de ideias e pela união, mas não é com discursos como aquele que o Senhor Pimentel fez, não é com discursos como aqueles que o Senhor Primeiro-Ministro faz, em que vem dizer que a culpa disto tudo não é de quem governa, mas é da oposição que não aprova um PEC, não é imputando as responsabilidades para os outros, criando um clima de crispação que se consegue a unidade, para mais quando são argumentos, na minha opinião, meramente com efeitos eleitorais. Não posso deixar de dizer o seguinte, Portugal vai ser o país em 2012, a nível mundial, que vai ter o pior registo económico, isto é culpa do PSD ou é culpa do PS? Portugal é um país, que segundo o Ministro das Finanças, que não é uma pessoa ligada ao PSD, que vem dizer que há anos que o país devia ter invertido o seu rumo porque estava a viver acima das possibilidades, ele, sendo Ministro das Finanças vem reconhecer isto. Ora isto é culpa do PS ou de toda a oposição? Uma mentira quando é muitas vezes repetida pode transformar-se em verdade, e é por isso que eu estou a levantar a minha voz, não podemos deixar que estas mentiras, que são mentiras, na minha opinião, que por serem muitas vezes repetidas e por pessoas ilustres, e por pessoas com responsabilidades que passem como verdades, isso não podemos aceitar, temos que levantar a nossa voz e temos que desmascarar este tipo de situações. A Espanha à um ano atrás estava mais ou menos na mesma situação que nós, os índices eram mais ou menos os mesmos, a situação era muito semelhante, a Espanha num ano, com um PEC, conseguiu sair da situação em que estava e toda a gente reconhece, os analistas internacionais conhecem, que já não está no mesmo patamar que nós e conseguiu fugir a toda esta crise, digamos, em Espanha houve um governo, que com um PEC resolveu o problema, nós com quatro PEC's não conseguimos resolver o problema, isto é culpa de quem? É culpa da oposição ou é culpa de um governo? Só queria chamar a atenção aos colegas de bancada para estas situações, obviamente que cada um terá as suas ideias, mas factos são factos, e os factos quando são factos são irrefutáveis. -----



## Assembleia Municipal

----- Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** que após cumprimentar todos os presentes, disse que a intervenção do Senhor Deputado João Pedro Pimentel o deixou absolutamente perplexo, é um exercício de amnésia política que hoje foi feito nesta Assembleia Municipal, o Senhor Deputado começou por dizer que estávamos em campanha eleitoral, a intervenção do Senhor Deputado, com maior consideração e estima que tenho por si, foi um acto de mera campanha eleitoral. Eu gostaria, e já foi feita uma análise política a nível nacional, por isso, não quero repetir aquilo que os membros da bancada do PSD já disseram sobre a matéria, mas gostaria de fazer três apontamentos nacionais e depois concentrar-me na questão local. Nos últimos 16 anos Portugal foi governado, 13 anos pelo Partido Socialista e apenas 3 anos pelo PSD, e ficámos a saber hoje, como temos vindo a ficar a saber, isto com as sucessivas intervenções do Senhor Primeiro-Ministro e dos Membros do Governo que o país, há quinze dias era um oásis e que hoje a situação é grave, porque a oposição, tipo Adamastor, se uniu e criou uma crise política, em quinze dias deixámos de ter o sol e passamos a ter as trevas, é mais ou menos esta a mensagem do Partido Socialista relativamente à situação do país. Mas a penosa realidade é que em 2012 vamos ser o pior país do mundo em crescimento, a penosa realidade é que somos o terceiro país do mundo com maior risco de insolvência, e o Senhor Primeiro-Ministro dizia numa segunda-feira que não ia recorrer à ajuda do FMI, e dois dias depois, na quarta-feira, já dizia que não havia outra solução senão recorrer ao FMI. O Senhor Ministro das Finanças esta semana, na quarta-feira, disse, que não havia mais dinheiro para além de Maio para pagar os compromissos do Estado, mas na sexta-feira, o governo da qual faz parte o Senhor Ministro das Finanças dizia, que a execução do primeiro trimestre tinha sido excepcional, e portanto, o país estava no bom caminho, são as próprias contradições do governo do Partido Socialista que demonstram e colocam à vista de todos o falhanço da governação dos últimos seis anos. Foram aqui elencadas um conjunto de obras realizadas no concelho e na região, e naturalmente, algumas, mérito do governo do Partido Socialista, há que reconhece-lo, mas é importante não escamotear um conjunto de realidades e um conjunto de investimentos que não foram feitos pelo Partido Socialista no concelho de Arganil, tal como era o seu compromisso. Foi prometido pelo governo do Partido Socialista criar o destacamento territorial da GNR de Arganil, criou-o no papel, mas não fez absolutamente nada para o criar em termos práticos, e essa é uma falha do compromisso que o governo assumiu com o concelho de Arganil. Este governo fica também conhecido por efectuar o maior corte alguma vez feito nas transferências do Estado para as Autarquias, em 2010 foram 8,6%. Este governo queria encerrar o Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, não fosse a atitude proactiva da Câmara Municipal, que contou com a colaboração e a cooperação dos Municípios vizinhos, prescindindo de uma renda de quase 100.000,00€ e o Centro de Emprego e Formação Profissional teria encerrado por vontade expressa do governo do Partido Socialista, quando havia instituições congéneres e vizinhas com metade do volume de formação que o Centro de Emprego e Formação Profissional tem no contexto da região. Foi o governo do Partido Socialista que deixou Arganil de fora das redes de nova geração, isso não podemos esquecer, e temos que o dizer com toda a veemência nesta Assembleia Municipal. Queria também recordar, o Senhor Deputado João Pedro Pimental, que nos Centros Escolares não há um cêntimo colocado pelo governo, são fundos europeus e fundos do orçamento municipal, é bom que isso fique claro, porque essas iniciativas, são intervenções desenvolvidas pela Câmara



Assembleia Municipal

Municipal. O Senhor Deputado falou na Estrada Nacional 342, e aqui deixo-lhes um desafio, está o Partido Socialista e a bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal em condições de garantir e de afirmar que a Estrada Nacional 342, Lousã, Góis, Arganil, Coja, IC6 está integrada na concessão do Pinhal Interior? É que o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas que andou a fazer uma campanha por todos os concelhos do Pinhal Interior, apresentando um conjunto de intervenções previstas na concessão, onde estava a 342, e hoje temos as maiores dúvidas, o próprio consórcio assim o confirma que a 342 não está integrada nesta concessão, e portanto, não temos a garantia real que ela possa ser executada. Está o Partido Socialista em condições de dizer nesta Assembleia que a 342 está na concessão do Pinhal Interior? É essa a questão e esse o desafio que gostaria de colocar à bancada do Partido Socialista. -----

----- Respondendo ao Senhor Deputado Luís Quaresma, dizer que uma das questões que está no concurso, é de facto a questão dos concorrentes virem a apresentar uma ementa de caris regional, com aquilo que são os nossos pratos característicos.

----- A Senhora Deputada Isabel Carvalho, colocou aqui a questão do Restaurante "O Parque", provavelmente, por distração não viu, que na passada quinta-feira foi publicado o concurso público para a concessão do Restaurante, esperamos que essa situação fique resolvida o mais rapidamente possível. Sobre a questão do nemátodo, é uma preocupação para todos nós, infelizmente o nemátodo de alguma forma disseminou-se por todo o país, muito particularmente pela região centro, mas quero dizer, que a questão do nemátodo foi desde princípio muito mal tratada pelo governo. Tivemos aqui o Senhor Ministro da Agricultura, com muito boa vontade, mas a verdade é que acções no terreno muito pouco foi feito para erradicar o nemátodo da nossa região, e isso mais uma vez, a retórica das palavras foi mais forte do que o pragmatismo da acção de medidas concretas no terreno. Referiu-se à Pinewells, eu acho que a Pinewells é uma pedra no sapato da bancada do Partido Socialista, o surgimento da Pinewells para além de ter criado 39 novos postos de trabalho, é um investimento de 17.000.000,00€ e tem dinamizado de uma forma significativa a economia da região, particularmente no sector das madeiras e ao mesmo tempo incentivado e induzido alguma organização na gestão da fileira florestal, julgo que também é necessário afirmar e valorizar os casos positivos que podemos encontrar no concelho em matéria de desenvolvimento económico, há mais em outros sectores, mas não queria deixar de o referenciar aqui, uma vez que esta temática foi abordada. -----

----- Queria agradecer ao Senhor Deputado Luís Gomes, as palavras que teve para com o executivo camarário, relativamente à eleição do Município de Arganil, para presidir num segundo mandato à Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal, é uma tarefa de grande responsabilidade e de grande importância, a valorização e a geração de um conjunto de novas oportunidades para o património histórico da região das doze aldeias históricas. Dizer também, que estou de acordo que a moção relativa à Mini Hídrica, deve aguardar a constituição do novo Governo e também da nova Assembleia da República de forma a podermos continuar esta luta contra um investimento que consideramos prejudicial para o concelho. Sobre as questões de natureza social que referiu, dizer que, a Câmara Municipal está a acompanhar de muito perto a situação social no nosso concelho, e felizmente temos um conjunto de instituições particulares de solidariedade



## Assembleia Municipal

social que assegura uma excelente cobertura no concelho, tem que ser feita dessa forma, em rede, uma cooperação muito próxima com as IPSS's no sentido de intervir nos casos de emergência social, e depois temos outra vertente, uma intervenção muito mais directa que tem a ver com a intervenção no sector da educação e nas escolas. Quero aqui anunciar que o número de alunos abrangidos pela acção social escolar aumentou quase de forma exponencial este ano e, por isso, estamos a apoiar mais jovens do que no ano anterior. O Senhor Deputado falou na questão das cantinas, naturalmente, até hoje não sentimos ainda essa necessidade, mas naturalmente que a Câmara Municipal está preparada se tiver de tomar essa medida das cantinas escolares terem que abrir ao fim-de-semana, eventualmente num período de férias, naturalmente que não hesitaremos um segundo, se eventualmente se justificar. -----

----- Agradecer também as palavras do Senhor Deputado Luís Almeida, do Deputado Luís Quaresma e do Deputado Eugénio Fróis, sobre a organização da Assembleia Intermunicipal da CIMPIN, e queria reforçar uma nota importante, que é um agradecimento às Juntas de Freguesia do concelho, quase todas, apenas uma não colaborou, agradecer também às empresas do concelho, as suas ofertas, dos melhores produtos que temos na nossa região que proporcionaram uma boa mostra gastronómica no final desta Assembleia Intermunicipal, que de facto, foi uma excelente montra de promoção do nosso concelho. Queria também agradecer as palavras do Deputado Luís Almeida sobre o Sub-Paço, e dizer que está prevista a construção, em breve, da construção de um Parque Infantil no Sub-Paço, de forma a satisfazer uma lacuna que muitos dos pais e dos utilizadores do Sub-Paço nos fizeram chegar, portanto, iremos cumprir em breve essa situação. -----

----- O Deputado Eugénio Fróis, apelava aqui ao entendimento, eu estou de acordo consigo, acho que o momento é de emergência, e por isso é importante que os partidos se entendam, sobretudo, naquilo que são os pilares fundamentais de um programa de desenvolvimento para os próximos cinco a dez anos, mas também quero recordar, que o Partido Social Democrata votou com o Partido Socialista os últimos PEC's e viabilizou o orçamento de estado, esteve sempre sensível a esses entendimentos, o problema foi que o Partido Socialista não cumpriu nada daquilo com que se comprometeu com o Partido Social Democrata. -----

----- A **Senhora Deputada Fernanda Maria** cumprimentou todos os presentes e salientou que não poderia deixar de intervir enquanto Presidente da Direcção da Confraria do Bucho de Arganil, apraz-me registar a forma como foram referidos os nossos produtos endógenos, os nossos produtos gastronómicos, que naturalmente, estão ancorados à confraria. Não podia deixar de referir, que a Confraria do Bucho reuniu condições para se apresentar ao Concurso das 7 Maravilhas Gastronómicas, que ainda se encontra a decorrer, mesmo que tenhamos ficado pelo caminho, é um orgulho para todos os confrades, para a Confraria, para os Arganilenses, termos reunido condições para nos apresentarmos a essa candidatura. Não posso também deixar de referir o apoio que sentimos, e o enorme dinamismo da parte da ADIBER, apresentámo-nos a esta candidatura com o bucho de Vila Cova de Alva e com a tigelada de Torrozelas, por serem os produtos registados. Também não posso deixar de referir que se encontra em fase de licenciamento o bucho de Folques e o bucho de Arganil, peço, porque penso que esta é a sede própria para o dizer, que não podemos entrar num concurso interno, a confraria está aberta a todos os produtos endógenos, a todas as diferentes formas de fazer bucho, o que marca a diferença



## Assembleia Municipal

é a qualidade e o gosto pessoal de cada um. Temos é que valorizar os nossos produtos, darmos as mãos, defendermos Arganil, promover a agricultura e os produtos do nosso solo. Penso também que é importante, e é por aí que devemos ir, em momentos de dificuldade e de crise, que nós nos reinventamos, encontramos alternativas e soluções. Pela via da gastronomia, podemos afirmar-nos como roteiro turístico e a Beira Serra e nomeadamente o concelho de Arganil, estão ancorados à Confraria. Temos os torresmos à moda de Santa Quitéria, e aproveito para transmitir que o nosso sexto capítulo vai ter lugar em Vilarinho do Alva na sequência do convite que nos foi feito pelo confrade e empresário, Senhor António Mário. Queria mais uma vez, reforçar aquilo que venho a dizer muitas vezes em reuniões da Confraria e a intervenções que tenho feito, nós na Beira Serra, nós no nosso alto concelho, em termos turísticos, temos tudo ou quase tudo, para nos afirmarmos, porque todos nós, nas nossas terras, nas nossas aldeias temos de começar a fazer parte para reinventar este país e para cumprir Portugal, nós talvez pela via do turismo, temos uma paisagem deslumbrante, gentes hospitaleiras, uma gastronomia de excelência, e isto já foi aqui provado e dito várias vezes. Temos grupos culturais e etnográficos, pessoas que se voluntariam para dar a conhecer as riquezas das suas aldeias, e temos esse exemplo quando visitamos o alto concelho, vamos talvez então pela via da gastronomia afirmar-nos, dar a conhecer as condições invejáveis que temos em termos de turismo que existem no concelho e esse será um passo importante que todos temos que dar. Senhores Presidentes de Junta, Colectividades, Executivo, todos juntos, temos de começar por uma ponta e Arganil, o concelho, a Beira Serra poderá começar pelo Turismo, temos mesmo tudo para o fazer, basta só o "clic" da unidade e da valorização dos nossos produtos. -----

----- De seguida o **Senhor Deputado João Pedro Pimental** referiu algumas notas relativamente às questões suscitadas pela sua intervenção, e que tiveram resposta dos vários Deputados da Assembleia Municipal da bancada do PSD e do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Queria começar por dizer que da minha intervenção não se pode jamais inferir que tudo aquilo que foi feito pelo governo, ou é feito pelos governos, está bem feito ou há coisas que deverão ser feitas de uma melhor maneira. O que eu quis realçar foi o contributo decisivo para a situação económica e financeira da situação internacional e, negar isso, é a mesma coisa que dizer que a terra não é redonda, é claro que há de facto contributos nacionais para a crise, nós não negamos isso, o próprio governo não nega, não escamoteia, agora parece-me a mim, que é importante relevar o facto de em 2007, altura em que não havia a crise que se abateu sobre a economia universal, as contas do país estarem em ordem. Gostava de destacar que em 2005 o Eng. José Sócrates, quando herdou o governo, não tinha as contas em dia, as contas herdadas pelo Eng. José Sócrates e pelo Ministro das Finanças, hoje tão criticado, o défice público estava a mais de 6% quando este governo tomou posse. Relativamente à obra do governo em Arganil, ela está à vista, naturalmente, o Presidente da Câmara inúmeras factos ainda não cumpridos, estamos de acordo, estaremos sempre disponíveis para também fazer a pressão, para que algumas das questões aqui levantadas por ele, de facto, são situações que também gostamos, como Arganilenses, que sejam no futuro cumpridas.



## Assembleia Municipal

----- O **Senhor Deputado Eugénio Fróis** salientou que quando interveio, não referiu determinados aspectos, porque lhe pareciam de certa forma contraditório, até porque, este local é o Fórum por excelência da discussão política, e ela deve ser essencialmente dos problemas do nosso concelho, naturalmente que este não tem sido o entendimento do Senhor Presidente da Câmara, enfim, respeito, embora não concorde. Se quisesse poderia dar dois ou três exemplos de contribuições decisivas recentes do PSD para esta situação incorrecta e difícil que vivemos, recordo por exemplo, a atitude de grande demagogia, que foi um dia após a queda do governo e de uma forma célere a inviabilização de um processo sério que foi a avaliação dos Senhores Professores, de um momento para o outro tudo isso foi posto e foi feito de tábua rasa. Recordo, por exemplo, as afirmações recentes de Marco António, que é um dirigente do PSD que todos conhecem, e que veio a público na comunicação social com esta frase simples que lhe cito, falando de Passos Coelho, "se o país não for a votos, vai o PSD a votos", mas o que quero dizer, porque sou coerente, é que eu não quero ir por este caminho, é só para avivar que se o quisesse eu dar-lhe-ia mais exemplos, neste momento difícil aquilo que me parece importante, aquilo que eu volto a sublinhar é que à nossa escala, temos que fazer um esforço de contenção e dizer daqui aos Arganilenses que também podem contar connosco, que somos sensíveis a esta problemática, que temos conhecimento da realidade difícil, mas que temos aqui pessoas que são capazes de fazer esta leitura e são capazes de dar esse sinal. É isso que me parece importante neste momento, e só fui por aqui para dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que se o quisesse o teria referido antes e continuava, mas não, o importante para mim e para os Arganilenses neste momento, é isso, nós temos aqui gente que fazem com que seja possível esse entendimento. -

----- A **Senhora Deputada Isabel Carvalho** referiu que em primeiro lugar ficava satisfeita pela abertura de um novo concurso para nova concessão do Restaurante "O Parque", é um bom sinal, acho que não sou obrigada a saber todos os concursos que são lançados pela Câmara, mas ainda bem que fui informada disso agora, e se calhar foi em boa altura, o que disse em nada contraria as palavras do Senhor Presidente da Câmara, que diz, que nesse concurso foram salvaguardadas algumas das características a preservar no funcionamento do restaurante, no que diz respeito à regionalidade, espero que seja o passo definitivo e com sucesso. -----

----- Quanto à minha intervenção acerca do pinhal que envolve a Pinewells, nas minhas palavras, não contestei nem critiquei a fábrica, e o Senhor Presidente sabe perfeitamente que tirando a sua pessoa e o restante executivo, nesta sala, se calhar, não há ninguém que tão bem tenha acompanhado a implementação da Pinewells como eu, por isso estou bem informada do esforço que foi feito e da colaboração que houve, agora, porque a Pinewells é uma fábrica que tem consequências positivas para a região, não é suficiente para aceitarmos que o pinhal à volta seja destruído, nesse caso, todas as medidas que estão a ser tomadas e que devem ser tomadas para combater a poluição não deviam ser tomadas, não nos devíamos preocupar com a poluição, porque ela surge do desenvolvimento industrial, do desenvolvimento do nível de vida, o desenvolvimento tem de se continuar, mas o que de negativo de aí vem e que temos de combater, o que eu disse foi, o desenvolvimento é defendido por todos nós, mas sem malefícios que bloqueiem ou destruam aquilo que temos de bom, e realmente vamos manter a fábrica mas combater o que está a acontecer à volta, e saber se isso é resultado ou não da fábrica, não me venham agora dizer que é do governo. Parece que o Ministro da Agricultura ou o Primeiro-



## Assembleia Municipal

Ministro andaram a semear para lá os nemátodos, para que aquela zona fosse mais afectada, vamos ver o podemos fazer, não podemos estar sempre a dizer que a culpa é sempre do governo, porque eu quando tenho problemas em casa, não vou ao Presidente da Junta ou ao Presidente da Câmara pedir para os resolver, começo por resolver eu. -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** interveio para dizer que sobre a questão do nemátodo, gostava de responder à Senhora Deputada Isabel Carvalho, e dizer que já havia nemátodo antes de haver Pinewells. Se bem se recorda a visita do Ministro da Agricultura foi antes de haver Pinewells, e também não está demonstrado que a existência de nemátodo à volta da Zona Industrial da Relvinha seja causada pela Pinewells, é bom que isso fique claro, e o que eu disse, foi que o governo não tomou as devidas medidas no sentido da erradicação da doença, não só em Arganil mas em toda a região centro, e continuo a afirmar e reitero esta afirmação, foi celebrado um protocolo, o Senhor Ministro esteve cá, mas depois disso não vimos resultados no terreno, esta é que é a verdade, não foi cumprido aquilo que estava no protocolo. -----

----- Em segundo lugar, só uma nota, porque foi dito aqui, que o problema da nossa situação actual era resultado da crise das dívidas soberanas da Europa e do Mundo, a verdade é que isso não tem correspondência, porque, eu gostava de só dar estes dois valores, estão disponíveis no PORDATA, que é a maior base de dados em Portugal sobre a caracterização dos indicadores do país, a dívida das administrações públicas em 2004 era 60% do PIB, em 2010 era de 92,4% do PIB, isto corresponde ao período de governação do Partido Socialista, e finalmente, o défice orçamental em 2004 era de 6,8% e em 2010 foi de 8,6%, isto demonstra bem de quem é a responsabilidade da situação em que estamos. -----

----- Quanto à intervenção da Senhora Deputada Fernanda Maria, no fundo para dizer que estou de acordo que, de facto, o turismo é um ponto essencial para o desenvolvimento do concelho, e como fonte de geração de riqueza, dizer também que a Confraria Gastronómica do Bucho de Arganil tem desenvolvido um trabalho fundamental em termos de promoção da gastronomia, particularmente, do bucho e também dos pratos que lhe estão associados, e naturalmente que continuará a ser seguramente um parceiro na construção do desenvolvimento turístico do concelho. -----

## ORDEM DO DIA

**1 – Discussão e Votação dos documentos de prestação de Contas relativos ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010, nos termos da alínea c), do nº2, do art. 53º da Lei 169/99, de 18/09, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11/01.** -----

----- O **Senhor Vereador Luís Paulo Costa** que após cumprimentar todos os presentes, passou a uma breve explicação do conteúdo deste ponto. As contas foram distribuídas, foram remetidas a todos os Deputados Municipais, que constituem um exaustivo elenco daquilo são as obrigações de prestação de contas da Autarquia, contudo, permiti-me fazer um apanhado dos principais indicadores, eram esses indicadores que passo a apresentar, em termos da qualidade das contas, ela é testada através da certificação legal de contas emitida pela



Assembleia Municipal

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que foi designada por esta Assembleia Municipal, mantemos duas reservas, são as reservas que já estavam também no ano anterior, uma das quais diz respeito à avaliação do imobilizado. A justificação é precisamente a mesma, ou seja, em 2002 quando entrou em vigor o POCAL, foi considerado não recorrer a avaliações de técnicos especializados, assumindo-se à partida, que muitos bens imóveis e móveis não eram passíveis de avaliação, e portanto, aparecem no balanço com valor zero, quando objectivamente, terão algum valor económico, sendo de destacar que os serviços da autarquia já vêm a trabalhar neste processo há algum tempo, e esperasse que esteja concluído no decurso deste exercício de 2011. A outra reserva tem a ver com uma divergência com a ADSE, também é um dado histórico, desde sempre havia uma prática de não pagamento à ADSE, quando assumimos funções no final de 2005, estavam reflectidos na contabilidade da autarquia 110.930,00€ que foi o valor que foi pago em 2006 à ADSE, e desde então para cá, temos vindo a pagar aquilo que são as obrigações da Câmara para com esta entidade, os valores estão reflectidos e estão também nos elementos de prestação de contas, a divergência tem a ver com cerca de 500.000,00€ que são reclamados pela ADSE, não são reconhecidos pela Câmara porque não estavam reflectidos nos elementos de prestação de contas, e em relação a este valor foi já sugerido a esta entidade que, como forma de sanar esta divergência, haja recurso a uma esfera judicial, uma vez que do ponto de vista legal, sendo uma dívida com antiguidade superior a dois anos, a autarquia não pode sequer tomar a iniciativa de a pagar. -----  
----- Outro indicador também relevante, tem a ver com os recursos humanos, penso que o gráfico que aqui é reflectido, mostra a tendência que tem vindo a registar-se no número de trabalhadores da autarquia, no ano de 2010 situou-se, precisamente, no mesmo número de colaboradores que existia em 2004, depois de, entre 2004 e 2005 ter havido um aumento muito significativo do número de trabalhadores da autarquia. Ao nível do absentismo registaram-se 5.175 ausências, das quais, mais de 50% estão relacionadas com doença dos trabalhadores, correspondem a uma taxa de absentismo de 10,41% e significa uma ausência média permanente da autarquia de 22 trabalhadores, que é de facto um número significativo. Ao nível da formação profissional, da qualificação dos recursos humanos e da qualidade, em 2010 foram ministradas 6.091 horas de formação profissional que, é um número muito significativo, o mais elevado de acordo com os números que tivemos acesso, em termos da gestão da qualidade, mantemos o sistema, como sabem, está direccionado para os serviços relativamente aos quais existe uma articulação, um serviço directo aos munícipes e foi já, em Janeiro, realizada a auditoria de renovação do sistema devendo ser emitido o certificado de conformidade muito em breve. -----  
----- Em termos de situação financeira, referia também que se tem mantido a prossecução de uma política orçamental orientada para o equilíbrio das contas da autarquia, verificando-se o cumprimento dos limites do endividamento, havendo um grande esforço de racionalização na aplicação dos recursos e um elevado rigor financeiro. Mantemos a regra de pagamento a fornecedores a sessenta dias da data da factura, tendo presente que este aspecto é fundamental ao nível da credibilidade da autarquia, uma vez que desta forma se honram os compromissos a tempo e horas, naturalmente que, o cumprimento dos compromissos a tempo e horas possibilita também uma maior capacidade negocial junto dos fornecedores, que se sentem mais interessados em ser parceiros da autarquia. -----





Assembleia Municipal

----- Em termos de execução orçamental, a receita situou-se em 14.860.000,00€ o que corresponde a uma execução de um pouco mais de 70% face àquilo que tinha sido orçamentado, em termos de receita corrente, a execução foi de 7.826.000,00€ correspondendo este número a 90,04% do valor que tinha sido orçamentado; a receita de capital fixou-se nos 7.028.000,00€ correspondendo a uma execução de 56,16% daquilo que tinha sido orçamentado. De referir que este valor da receita de capital, objectivamente em 2010, registou uma execução reduzida, tanto mais que neste valor e nesta percentagem estão reflectidos 4.100.000,00€ relativos ao empréstimo para saneamento financeiro, esta fraca execução da receita de capital decorre fundamentalmente da fraca transferência de fundos, particularmente fundos comunitários, relativamente a três grandes intervenções, relativamente às quais a Câmara tem neste momento a haver cerca de 2.000.000,00€ de despesa que já está paga, e que dará lugar a esta comparticipação de fundos comunitários de cerca de 2.000.000,00€. -----

----- Em termos da despesa registou-se uma execução de 14.380.000,00€ corresponde a uma execução um pouco superior a 67% face àquilo que tinha sido orçamentado; despesa corrente, uma execução de 92,82%; despesa de capital uma execução de 50,44%; de referir também o grande esforço que tem sido feito em parceria com as Juntas de Freguesia, estando demonstrado, principalmente nestes grandes quatro indicadores, na forma de delegação de competências foram transferidos mais de 211.000,00€ para as Juntas de Freguesia, na forma de contratos programa foram transferidos mais de 260.000,00€ para as Juntas de Freguesia, na forma de afectação de pessoal foram transferidos mais de 266.000,00€ para as Juntas de Freguesia, havendo também outros apoios que ultrapassaram os 72.000,00€. -----

----- No que diz respeito, também a outro grande indicador que tem a ver com uma rubrica de despesa corrente, que todos reconhecemos, que é muito significativa na autarquia, tem a ver com a rubrica das despesas com o pessoal, os valores ao longo dos anos estão reflectidos nos elementos de prestação de contas, estão reflectidos também aqui neste quadro, e podemos dizer que se mantêm mais ou menos estáveis. Aliás, podemos dizer que o aumento que se regista decorreu, essencialmente, do agravamento que se registou ao longo dos anos nas comparticipações da autarquia para a Caixa Geral de Aposentações, que como sabem, há seis anos era de 10% da massa salarial e neste momento é de 15%. Outro indicador, que é importante e relevante, que tem a ver com o peso das despesas de pessoal, têm no valor das despesas correntes, e aqui, verificamos em 2010 que este peso decresceu de forma significativa, situando-se abaixo dos 50%. Em termos gráficos, talvez de uma forma mais assimilável, a evolução é aquela que é reflectida aqui neste diapositivo, em termos daquele indicador que referia há pouco, ou seja, do peso das despesas com o pessoal face às despesas correntes, temos uma evolução de 2005 para cá decrescente, em 2009 houve um aumento que foi corrigido já em 2010, estando, como já disse há pouco, este ponderador no valor inferior a 50%. -----

----- Relativamente ao endividamento líquido, em termos absolutos, está também reflectido nos elementos de prestação de contas e neste diapositivo, de referir que em termos evolutivos, se registou um decréscimo superior a 11% de 2009 para 2010, de referir também que o endividamento líquido registado no final de 2010 é inferior ao endividamento líquido que se registava em 2005, portanto, aqui o exercício que apresento neste diapositivo, é tão simplesmente este, que é de facto pertinente, ou seja, se em 2005 o endividamento fosse zero, neste momento,



Assembleia Municipal

teria havido sempre uma situação de endividamento líquido negativo, ou seja, de excedente, com excepção da situação de 2009, que está sobejamente retratada nos elementos de prestação de contas acerca da sua origem. Concluindo, neste momento o excedente, se o endividamento líquido em 2005 fosse zero, o excedente seria na ordem dos 600.000,00€. Permitia-me também, fazer aqui a transposição para outro ponto da ordem de trabalhos, o ponto seguinte que tem a ver com o resultado líquido e com a respectiva aplicação, o resultado líquido positivo cifrou-se em 791.823,76€, a proposta que fazemos, é que sejam do ponto de vista do cumprimento daquilo que está estipulado na lei, que sejam transferidos 5% para reservas legais que correspondem a 39.591,19€ e os restantes 95% para reforço de património, correspondente a 752.232,57€.

----- A **Senhora Deputada Maria Armada** cumprimentou todos os presentes, e começou por dizer que este assunto, do ponto de vista do executivo e do nosso trabalho aqui é dos mais importantes que temos que apreciar, entretanto foi-nos feita, não só a apresentação escrita previamente e com tempo, neste caso, das contas que viriam a ser apreciadas e foi-nos feita, agora, uma boa apresentação também dessas contas, contudo, gostava de referir o seguinte, nós temos uma prestação de contas do orçamento do ano passado, cuja apreciação merece alguns reparos, apesar de também considerarmos que as contas estão bem apresentadas, bem organizadas e há alguns resultados que até podem ser positivos, mas devemos referir o seguinte, a taxa de execução deste orçamento é uma taxa de execução baixa, quanto à despesa, porque de um orçamento de 100% nós comprometemos apenas 83% e pagámos apenas 67%, estes são três valores que temos que reflectir para que não continuemos a estar satisfeitos com esta realização, eu gostaria, isto não é uma questão contra ninguém nem particularmente a ninguém, eu sei que a Câmara, na pessoa do Senhor Vereador Luís Paulo Costa, tem um bom trabalho nesta matéria, agora, não podemos ficar satisfeitos com uma execução desta natureza, isto reflecte-se principalmente ao nível da cobrança de receitas, este orçamento tem 21.000.000,00€ e qualquer coisa de receitas orçamentadas, quem fez o orçamento não foi ninguém de fora, foi o executivo da Câmara que no-lo apresentou e que foi aprovado e apreciado nesta Assembleia. Num outro momento, naturalmente, como sendo o melhor orçamento que eles nos podiam apresentar, e foi, penso eu, aprovado nessa perspectiva, ora, nessa perspectiva, teria que ser realizado e o que nós vimos é que, se ao nível das despesas as previsões foram razoavelmente conseguidas e realizadas, ao nível das despesas correntes onde houve apenas uma poupança de cerca de 7%, já ao nível das receitas considero que foi uma realização muito insuficiente, as necessidades do equilíbrio orçamental também eram cerca de 21.000.000,00€, dos quais foram realizadas cerca de 50%, portanto, metade das receitas, e uma boa parte desta metade é um empréstimo que foi também aprovado por nós aqui nesta Câmara, ou aprovado por esta Assembleia, ora, um Município que vive com uma despesa relativamente rígida das quais nas correntes apenas foram reduzidos 7%, mas que nas receitas só conseguiu cobrar, ou conseguiu realizar-se 50%, é muito pouco, e portanto, dificilmente nós vamos continuar a suportar ou a ter viabilidade neste funcionamento, devo dizer que das receitas estimadas, apenas foram cobradas cerca de 14.000.000,00€ e que destes, cerca de 4.000.000,00€ foram um empréstimo obtido no ano passado, esta execução orçamental apenas é devida a uma deficiente previsão, bem sei que se lhe chamou estimativa, só que o orçamento é uma previsão, baseado em valores reais, nós fazemos a previsão para o ano seguinte, para aquilo que temos que funcionar, portanto,



## Assembleia Municipal

chamou-se-lhe estimativa, alguém saberá o que é uma coisa e outra, também chamava a atenção para isso, não basta chamarmos-lhe estimativa para resolvermos o problema da fraca previsão que obtivemos, isto, enfim, dir-me-ão, a crise política, a crise do país, a crise financeira também tem repercussões nesta execução, pois é verdade, também tem repercussões nesta previsão, tem principalmente repercussões nesta realização, mas a crise financeira já é debatida a um nível que nos foge aqui um bocadinho ao entendimento, e portanto o que nós temos aqui agora a ver é a questão de uma realização de uma coisa que nós prevíamos e que deveríamos ter levado a cabo de melhor forma. A propósito da apresentação que o Senhor Vereador nos fez, queria levantar uma outra questão, e que lhe fazia uma pergunta directa, há vários anos que temos acompanhado este assunto e há um assunto que repetidamente nos vem sendo trazido aqui, que é a questão da inventariação do imobilizado, da valorização do imobilizado, esta é uma questão que repetidamente, aqui vem sendo apresentada que foi inicialmente posta como uma grande falha do Município de Arganil, que não tinha inventário do seu património, não tinha valorizado o seu inventário e que, portanto, vem sendo trazida sucessivamente, hoje soubemos aqui que finalmente foi começada a avaliação desse inventário e esperasse que no próximo ano, 2012, esse trabalho esteja concluído, folgo que assim seja, tenho muito gosto que se consiga fazer isso, até porque um inventário do Município é uma coisa bem complexa de fazer, um inventário do imobilizado, e por isso pergunto, sendo que já há três, quatro ou cinco anos este assunto aqui vem nesta ocasião, eu pergunto, quando é que começaram a fazer esse inventário? Digo isto porque, esta questão não pode continuar a vir aqui sucessivamente ocupar-nos tempo com isto, se ela for importante. -----

----- O **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente de Junta de Freguesia de Coja**, interveio para prestar a sua admiração, ao trabalho do Senhor Vereador Luís Paulo, que tem exercido ao longo destes anos, pela forma simples, pormenorizada, detalhada e transparente com que apresenta as contas, por isso prestou-lhe a sua admiração. -----

----- O **Senhor Vereador Luís Paulo Costa** respondendo às questões que foram apontadas, particularmente, pela Deputada Maria Armanda, e começando pela taxa de execução e do facto de não ter sido mais elevada, devo dizer e reconhecer a título pessoal, que todos gostaríamos que a taxa de execução fosse pelo menos de 100%, eventualmente até os ultrapassasse mas, objectivamente isso não foi possível por várias ordens de razões que seguidamente também referirei, contudo, não posso deixar de referir que a taxa de execução que foi conseguida, não sendo a ideal, também não foi tão desastrosa quanto isso, ou seja, se formos ver os números de execução desta casa, vamos confirmar e verificar, que o nível de execução que foi conseguido em 2010 é dos níveis de execução mais elevados dos últimos dez anos, não tenho dúvidas rigorosamente algumas em relação a isso, agora, objectivamente, e pegando nas palavras da Senhora Deputada, houve aqui uma diferença entre aquilo que eram as expectativas, aquilo que foi a estimativa e o que foi o orçamento. Relativamente às receitas por parte da autarquia e àquilo que foi atingido, isso decorre de várias razões, uma delas já foi referida pelo Senhor Presidente, a questão dos cortes nas transferências do orçamento de estado, a questão de algumas expectativas que objectivamente não foram atingidas, de referir também que, como sabem, o orçamento autárquico é muito dependente de receitas que, directa ou indirectamente, provêm da administração central, quer aquelas que são



Assembleia Municipal

do orçamento de estado, que aquelas que decorrem da aplicação ou da gestão de fundos comunitários, há uma intervenção da administração central, e há pouco referi que 2.000.000,00€ de receita não foram ainda transferidos para a autarquia, relativos a comparticipações e que já deviam ter sido, há aqui também um aspecto que queria referir e que me parece que é de particular importância, fizemos um esforço de coadunar a despesa com a receita, ou seja, à medida que fomos constatando que a receita eventualmente não teria a execução que estava prevista, fomos acautelando que a execução da despesa seguiria a mesma tendência, por uma razão muito simples, porque se a despesa tivesse sido executada na totalidade e não se tivesse tido em consideração a menor execução da receita teríamos, o aumento do fosso, e de facto, isso não se verificou, agora para terminar esta questão, naturalmente, e volto ao princípio, também ficaria muito mais satisfeito que a execução tivesse sido de 100%. -----

----- Relativamente à situação da reserva decorrente do imobilizado, queria referir o seguinte, no decurso destes cinco ou seis anos em que há certificação de contas, há uma evolução nesta rubrica, se verificar na certificação de contas de 2006, vai constatar que relativamente a esta reserva era colocada ainda em cima da mesa a questão da inventariação e da certeza acerca dos bens do Município estarem ou não totalmente inventariados, esse processo é um processo que já foi trilhado, neste momento a generalidade dos bens da autarquia estão inventariados, aquilo que está em cima da mesa, que está em discussão, e que está neste momento como reserva tem a ver com a avaliação económica dos bens que estão inventariados, o processo da avaliação foi já iniciado no ano de 2010, estamos a tratar, em alguns casos, de centenas ou até milhares de bens que demoram o seu tempo, contamos concluí-lo no decurso de 2011, e em relação a este aspecto, referir que ele faz parte do quadro de avaliação estratégica e de referência da autarquia e faz parte, naturalmente também, da própria avaliação dos funcionários que estão envolvidos nesta matéria. -----

----- Por último, em relação à intervenção do Senhor Deputado João Oliveira, dizer que não faço mais nada do que a minha obrigação, aliás, conhece bem a minha opinião acerca das contas e daquilo que eu entendo que deve ser a fiabilidade das contas, e portanto, no fundo agradecer-lhe de qualquer forma a opinião que manifestou. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o documento de prestação de contas que foi aprovado por maioria com seis abstenções.-----

**2 – Discussão e Votação da proposta da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2010.** -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação que foi aprovado por unanimidade. -

**3 – Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação.** -----

----- Ninguém pretendeu usar da palavra, passando ao ponto seguinte.-----



Assembleia Municipal

#### **4 – Discussão e votação do Relatório de Execução Anual do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da Câmara Municipal de Arganil. -----**

----- A **Senhora Deputada Maria Armanda** informou que apreciou e observou o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da Câmara Municipal de Arganil, acho que é um trabalho meritório e que está em execução, de acordo com os parâmetros que foram definidos pelo tribunal de contas e pelos organismos correspondentes, no caso das autarquias, tenho apenas uma questão que diz respeito ao Plano de Avaliação da Execução, e é apenas uma afirmação, quase em rodapé que vem nos quadros, e a observação é a seguinte, “É assumido que as afirmações produzidas neste relatório correspondem com exactidão à realidade procedimental do momento e a falta de envio das competentes evidências decorre da sua inexistência”, penso que vem em todos os quadros. Pergunto, esta falta de evidências que aqui precisa de ser referida é possível, ou nós temos que evidenciar todas as afirmações? Parece-me também que os órgãos a quem este relatório vai ser enviado querem as evidências ou pelo menos saber que as evidências correspondem à execução.-----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** respondendo à Senhora Deputada Maria Armanda Miranda, informou que esta referência faz parte do modelo exigido pelo Conselho da Prevenção da Corrupção e por isso, figura em todas as páginas, o modelo contém esse texto.-----

----- Terminada a discussão, realizou-se a votação já com a ausência do Senhor Paulo Amaral, Presidente da Junta de Freguesia de Anseriz, esta votação teve como resultado a sua aprovação por unanimidade dos presentes.-----

#### **5 – Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e), do nº1, do art. 53º da Lei 169/99, de 18/09, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11/01.**

-----O **Senhor Presidente da Câmara** referiu que uma vez que tratámos, nesta Assembleia, da prestação de contas relativo ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010, a situação financeira não tem uma alteração muito significativa, foram distribuídos os documentos e em termos de actividade municipal também está aí reflectida, e portanto á uma continuidade naquilo que foi o trabalho desenvolvido em 2010, por isso, não se justifica que faça uma intervenção muito mais extensa do que acabei de fazer, manifestava, naturalmente, a disponibilidade para responder às questões que queiram colocar e que estão elencadas, de acordo com o que está plasmado nos documentos de relatório da actividade municipal e da situação financeira do município. -----

----- Como mais ninguém quis usar da palavra o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, desejando um bom fim-de-semana e uma boa Páscoa para todos.-----

----- Sendo doze horas e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, de que para constar se lavrou a presente acta, que eu \_\_\_\_\_, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino.-----